



Anais da Assembléia

Nº 09

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1996.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 07.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1996

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edgar Bueno e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nêrone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM N.^o 036/96

Curitiba, 06.03.96.

Senhor Presidente.

Através da presente tenha a honra de solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do país, entre os dias 09 e 15 do corrente mês, com destino a Nova Iorque, Estados Unidos da América, para, a convite do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali, participar, como mem-

bro, da 1.^a reunião do Grupo Internacional de Aconselhamento das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat II.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por três (3) sessões do Projeto de Lei n.^o 434/95, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.^o 196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por três (3) sessões do Projeto de Lei n.^o 435/95, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.^o 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos anais desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Sérgio Mercer.

Natural de Tibagi, Mercer era Bacharel em Direito, além de compositor e publicitário conceituadíssimo em todo o Estado. Começou no ramo publicitário na Agência Equipe Propaganda, passando pela Umuarama Publicidade e Marketing e, após adquirir experiência, fundou sua própria agência: Mercer Comunicações. Sérgio Mercer foi Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, local este onde deixou saudades profundas em todos que o conheciam. Dono de um carisma inconfundível, Mercer completaria 52 anos em junho próximo.

A manifestação ora proposta faz marcar sua alegria contagiante e seu jeito simples de relacionar-se, deixando viúva a Sra. Maria Helena e duas filhas, Letícia e Luciana, e também uma neta.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N.^o 194

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do publicitário Sérgio Mercer, ocorrido ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Um dos mais brilhantes publicitários paranaenses, Sérgio Mercer, nascido em Tibagi, era titular da empresa Mercer Comunicações, uma das agências que atendem as contas do Governo do Estado.

Era um profissional reconhecido como "genial", inesquecível figura humana, apaixonado por Curitiba e dono de um talento descomunal. Concebeu o "marketing" da campanha do Coração Curitibano, ligada à figura do arquiteto Jaime Lerner.

Casado com Maria Helena Vieira Mercer, deixa duas filhas, uma neta, mas, principalmente, muita saudade entre aqueles que tiveram o privilégio de privar do seu convívio.

REQUERIMENTO N° 192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, votos de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo" pela contratação do jornalista político Liones Rocha.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

Liones Rocha iniciou sua carreira profissional no Rio de Janeiro, mas foi no Paraná que encontrou espaço para desenvolver o jornalismo político marcado por seu estilo crítico, independente e merecedor de nosso aplauso. Embora esteja morando em Brasília no centro das discussões políticas que emanam para o país, nada mais justo que agora esteja colaborando com o Jornal "Gazeta do Povo", tribuna de discussão das idéias nacionais e paranistas. Com Liones Rocha, ganha este exemplar Jornal, ganham os seus fiéis leitores, ganha a democracia.

Com esta "aquisição", o Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, comprova mais uma vez que está em sintonia com a modernidade e suas necessidades para caminhar rumo ao futuro com colaboradores do calibre de Liones Rocha.

REQUERIMENTO N° 193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, REQUER votos de congratulações ao Jornal "Diário Popular" pela passagem do 33° aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

A história do "Diário Popular" se confunde com a história de seu fundador, o empresário da comunicação, Abdo Aref Kudri. Fiéis a um perfil pré-estabelecido e honrado durante estes anos, sujeito e objeto mercem do povo do Paraná aplauso e admiração. No campo da política, a aquisição da Jornalista Roseli Abrão veio ampliar e fortalecer a cobertura no setor.

São atitudes corajosas que fazem do "Diário Popular" uma leitura indispensável para quem quer ter "olhos atentos na notícia".

REQUERIMENTO N° 189

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o doto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de louvor, congratulações muito aplauso às Irmãs Beneditinas da Divina Providência, que em 1996 comemoram 60 anos de atividades no Brasil.

A proposta de trabalho desempenhadas pelas Irmãs Beneditinas é acolher, assistir e educar crianças, jovens, doentes, velhos, meninos e meninas de rua proporcionando acalento, dignidade e atendimento a 60 (sessenta) crianças e jovens carentes.

A Congregação começou em 1936 com 07 (sete) religiosas vindas da Itália, pela localidade catarinense de Nova Veneza, mas atualmente já tem organizações em Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e vários estados nordestinos. Suas atividades são na área assistencial, saúde e educação e mantém hospitais, asilos para idosos, escolas, uma casa para formação e outras para as religiosas de idade avançada, espalhadas pelas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Esta Casa cumprimenta a Congregação, através da Irmã Agenora Tomazi, Supervisora Provincial de Curitiba, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense e brasileira levando acalento e vida às classes menos favorecidas de nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja oficiado, pela Mesa Diretora desta Casa, a todos os Senhores Parlamentares que compõem a bancada paranaense no Congresso Nacional (30 Deputados e 03 Senadores), no sentido de que seja providenciada a substituição do Superintendente da Regional Curitiba da Rede Ferroviária Federal, efetivando-se a imediata nomeação do Sr. Adalberto Alves de Souza, engenheiro de carreira desta Regional da RFFSA, há mais de vinte anos, e que já foi indicado por aquela mesma bancada, na semana passada, para ocupar o aludido cargo.

Requer, outrossim, que seja encaminhada cópia da decisão de Plenário aos Excelentíssimos Senhores Doutor Clóvis Carvalho, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil; Doutor Odacir Klein, Ministro de Estado dos Transportes e Doutor Isaac Popouchi, Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento: Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri, Renato Adur, Nereu Alves de Moura, Augustinho Zucchi, Ironi Pugliesi, José Maria Ferreira, Edson Silva Lino e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

A Superintendência Regional de Curitiba da Rede Ferroviária Federal (também chamada SR-5) é um dos mais importantes trechos da malha ferroviária nacional e tem significativa relevância para a economia de nosso Estado, pelo que representa no escoamento da safra, na geração de impostos e, de forma muito especial, em relação à FERROESTE.

Há questão de aproximadamente dois meses, exonerou-se o então Superintendente e, para seu lugar, foi destacado, em caráter interino, o Sr. Renato D'Alásio, Superintendente da RFFSA do Porto de Tubarão, que passou então a acumular as duas superintendências.

Ocorre que o referido servidor não tem qualquer vínculo com nosso Estado, gerando, já no curto período em que aqui está, uma crise interna na Regional de Curitiba da RFFSA, com reflexos negativos que já se fazem sentir e que já foram amplamente noticiados por diversos órgãos da imprensa local.

Por isso mesmo, no último dia 28 de fevereiro, a bancada paranaense federal encaminhou ao Presidente da RFFSA, abaixo-assinado com a assinatura de vinte e cinco Senhores Parlamentares, ponderando tais questões e solicitando a nomeação do Sr. Adalberto Alves de Souza, para assumir o cargo de Superintendente da Regional de Curitiba, exonerando-se o Sr. Renato D'Alásio, o qual não teria nenhum prejuízo funcional, pois que retornaria às suas regulares funções, como Superintendente da

Regional de Tubarão (SC).

O indicado pela bancada federal é funcionário de carreira da RFFSA-Paraná, há mais de vinte anos, tendo sido admitido, como Engenheiro Ferroviário, por concurso público.

Ocupou, ao longo deste período, diversos cargos técnicos e administrativos, na estrutura organizacional da Regional de Curitiba da RFFSA. Sua indicação, pois, foi pautada nas suas elevadas condições técnicas e morais.

Registre-se que nunca, em tempo algum, a Superintendência Regional de Curitiba da RFFSA, deixou de ser ocupada por um engenheiro dos quadros paranaenses, o que faz crescer, em necessidade, a imediata substituição proposta, com muita legitimidade, pela bancada federal, em defesa dos mais altos interesses do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 187

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido dos pais e alunos do Colégio Estadual Jardim Urano, localizado na Vila São Pedro, no bairro do Xaxim, os quais solicitam a permanência do Curso de Enfermagem nesse Colégio.

Segundo informações, o curso deixará de funcionar sob alegação de que falta laboratório, porém no colégio existe um, faltando somente um manequim e uma cama hospitalar.

São mais ou menos 30 alunos que frequentam este curso e caso realmente seja extinto, deixará de beneficiá-los, bem como tantos outros que ali possam estudar.

Diante dos fatos, solicitamos uma reavaliação por parte da SEED neste caso e que seja encontrada uma maneira desse curso ter prosseguimento.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 188

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A., no sentido de atender o pedido que está sendo feito pelos moradores no Município de Araucária, os quais solicitam a instalação de um telefone público na Rua Dely de Brito Soares, 757, em frente ao Mercado Marimar, localizada na Jardim Chantilly - Costeira. No local existem muitos moradores e nas proximidades não há telefone público.

Será de grande valia para toda a comunidade.

Maiores informações podem ser obtidas com o Sr. Auri João Alves de Cruz, pelo telefone 842-3349.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 190

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A., no sentido de atender o pedido das Associações de Moradores Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim Violeta, as quais solicitam a implantação de um Tele-Posto da Telepar na Rua Ipê n° 100, em Colombo - Pr. O pedido está sendo feito devido residirem perto de duas mil pessoas nas proximidade e que certamente seriam muito beneficiadas com a implantação do mesmo.

Maiores esclarecimentos podem ser obtidos com o Sr. Percival do Rocio Reis, pelo telefone 362-3038, ramal 2282.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 045/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Missão Ebenezer de Amparo a Criança e ao Adolescente, situada na Av. Manoel Ribas, n° 3525 - Santa Felicidade, nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade foi criada objetivando fins instrutivos e caritativos. Destina-se a auxiliar crianças carentes, recuperar jovens viciados e amparar idosos.

Indiscutível seu alto valor meritório.

Portanto, conto com o apoio dos nobres pares para o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao 1° orador inscrito, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, uma das preocupações que norteia, é com relação a Justiça e para nós especialmente do Partido dos Trabalhadores, muito mais a questão da re-

lação de trabalho e a justiça que se dá nas relações de trabalho. O caso que quero denunciar hoje, a todos os Senhores, é, que uma deliberada exposição de agricultores e bóias-frias, trabalhadores volantes, a intoxicação que na Cidade de Vera Cruz do Oeste. E este Deputado, Srs. Parlamentares, é motivo hoje, de agressão por parte do Prefeito daquela cidade o Senhor Nelson Tomazini. O caso é o seguinte: No sábado próximo passado, fomos noticiados e convidados, a ir até a Cidade de Vera Cruz do Oeste, porque lá havia próximo de 20 agricultores bóias-frias, que foram intoxicados por agrotóxico, quando trabalhavam na fazenda do Prefeito. E esses agricultores estavam sem assistência, 13 deles foram hospitalizados em estado de relativa gravidade por conta própria. Quando nos deslocamos até aquela comunidade, havia feito uma notificação, a Promotora de Justiça da Comarca de Matelândia, para que ela me acompanhasse.

Diante da impossibilidade, por motivo de audiência, encarregou-me de fazer a visita "in loco". Conversar com os agricultores, apresentar uma relação de testemunhas, e emitir um relatório uma notícia crime, que ela instauraria inquérito. Pois bem, foi isso que eu fiz, fui até a Cidade de Vera Cruz e lá, contatei com os agricultores atingidos contatei com o Hospital, aonde me foi negada, inicialmente a entrada ao hospital sobre a argumentação, que os pais de duas vítimas estavam lá, e o pai queria visitar, e eu gostaria de acompanhar o pai e me permitiram a entrada no hospital.

O médico se negou a fornecer maiores informações, dizendo, que não era nada grave, que haviam sido contaminados, haviam sido intoxicados pela alimentação, que haviam comido uma maionese quando trabalhavam na fazenda.

É claro, o Prefeito tem ascendência sobre o Diretor do Hospital. Logo em seguida, fizeram um laudo, por conta da vigilância epidemiológica que também o Prefeito tem ascendência, tem poder de mando, sobre a vigilância Municipal.

Então estaria impedido, porque ele manda na cidade. É o maior latifundiário da cidade e de certa forma colocou deliberadamente os agricultores, sobre a intoxicação de agrotóxico. O que queremos é ver a verdade, não premeditamos nada.

Mas em seguida a notícia vazou para a imprensa, não era o nosso interesse. A Folha de Londrina publicou ontem: - Bóias-frias sofrem intoxicação. E o repórter Paulo Pegoraro, contactou com o Prefeito, que desviou-se do assunto. Contactou com o Diretor do Hospital e com os responsáveis, capatazes da fazenda que se negaram.

Em seguida, hoje, a Folha de Londrina, dá mais uma notícia, com outras versões preliminares sobre o fato, e acabamos de fazer uma denúncia, a Procuradoria Regional do Trabalho, através da Coordenadora do CODIN, que é uma Comissão que investiga isso, que deverá imediatamente, instaurar inquérito por parte do Ministério do Trabalho. Foi instaurado, também, inquérito competente por parte da Promotoria da Comarca de Matelândia, que tem jurisdição sobre Vera Cruz. Será pedido uma perícia. Não somente os exames de fezes, como fizeram lá o exame.

Senhor Presidente, estou concluindo. O exame simples que é feito de fezes.

Peço Sr. Presidente, que já entro, no Horário das Lideranças, para atender uma solicitação de apartes.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedido.

O SR. IRINEU COLOMBO - Então, um exame simples. Tem que fazer um exame para ver o residual do agrotóxico, que é o tal do Durbok.

Os agricultores capinavam o algodão. O trator ia passando esse veneno para matar o bicho, na flor do algodão, na frente as flores estavam grudadas, segundo os termos usados pelos agricultores. Quizeram desistir do trabalho e foram forçados, continuar trabalhando. Recebendo 6 reais, por dia. Começavam as cinco e meia da manhã. O trabalho atrás. Vejam Senhores Deputados, atrás do trator que passava esse veneno, esse agrotóxico. Então, uma exposição deliberada. É uma questão de saúde pública.

É gravíssima a acusação e o inquérito a ser instaurado, inclusive para ter reparos cíveis, reparos aos danos sofridos pelos agricultores, e uma senhora inclusive corre sério risco de vida. Se não morrer, vai ficar com seqüelas e não poderá mais reparar. Quem é que vai reparar isso? É isso o que estou levando ao conhecimento dos Senhores, porque tem desdobramento político, porque o dono da fazenda, é prefeito.

Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Colombo, gostaria de, ao agradecer o aparte que V.Exa. me concede, apenas tecer alguns comentários com relação a essa questão da intoxicação pelos agrotóxicos que é um problema de longa data. Aliás, qualquer iniciativa que se tenha na área rural de se dar destinação para o lixo agrotóxico, de fazer com que as pessoas que trabalham com essa atividade perigosa que é a aplicação de agrotóxicos, tenham uma condição mínima de fazer essa aplicação com os cui-

dados necessários e as recomendações técnicas necessárias, mas antes de comentar especificamente o assunto que V.Exa. relata na tribuna, e acho que seria importante saber qual o produto usado, se é o organo fosforado, se é clorado, se tem resíduo ou se não tem, se é faixa azul, se é faixa vermelha, enfim, os dados técnicos dos produtos utilizados para que se possa ter uma noção do que aconteceu com essas pessoas, evidentemente. Gostaria de chamar a atenção para um fato que é importante a nível nacional. Tivemos aqui, por força da Assembleia Legislativa, aprovado um projeto de lei e sancionado pelo então governador na época, a lei de agrotóxicos do Estado do Paraná. A Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas hoje entra na justiça e estamos de olho nisso, porque na verdade, querem eliminar um ponto importante dessa lei que seria a obrigatoriedade de um laudo técnico, de um órgão oficial para registro de agrotóxicos para serem usados nas culturas. Querem evidentemente que seja feito isso através de um laboratório particular. E em outros Estados conseguiram até a anulação de boa parte da lei e no Estado do Paraná continua a vigência de uma lei que preserva o meio ambiente que deixa numa situação em que as pessoas que trabalham com os agrotóxicos possam ter uma segurança maior.

Gostaria de fazer essa ressalva e dizer a V.Exa. que a sua preocupação nesta tarde com relação a esse assunto é de grande valia para a nossa reflexão, especificamente na Comissão de Agricultura já que estamos cuidando dessa questão, tendo em vista as informações que recebemos dessa discussão novamente com relação às normas técnicas para aplicação desses produtos que são perigosos e que têm envenenado muita gente em todo o Estado do Paraná e em todo o Brasil, tendo em vista a grande quantidade de agrotóxicos usados nas culturas de intensidade como é o caso das culturas que se usam evidentemente aqui no Paraná.

Muito obrigado pelo aparte e gostaria de deixar aqui a nossa solidariedade a Vossa Excelência na preocupação com essas questões relativas a questão dos agrotóxicos.

O SR. IRINEU COLOMBO - Deputado Augustinho Zucchi, a colaboração de Vossa Excelência é só a título de informação me parece que a marca do produto é Duboc(?), efeito residual por quinze dias, essas as informações preliminares que nós temos, mas eles estavam trabalhando ainda no sereno(?) do agrotóxico.

Quer dizer, o efeito é danoso, extremamente danoso. Mas isto é um fato que na verdade, extraímos deste fato, vou tentar

colocar que existe outros tantos iguais a este. É impossível neste momento se chegar na vigilância, vigilância permanente na questão de saúde pública, porque os bóias-frias, os pequenos trabalhadores desconhecendo o manejo das partes de segurança para trabalhar estavam fazendo a capina ali da erva daninha, no meio do algodão, e eles não tinham esta informação. E esta prática é uma prática não só de Vera Cruz do Oeste, não só da fazenda do Prefeito de Vera Cruz do Oeste, mas é uma prática que nós precisamos combater e aí entra a Comissão de Agricultura, combater veementemente.

Quero aqui ressaltar mais uma vez que tem conotações políticas na medida em que o Prefeito está nos acusando de que estamos perseguindo ele politicamente. É evidente, coloca deliberadamente os agricultores atrás de uma nuvem de agrotóxicos trabalhando na sua propriedade e quer dizer que está sendo atacado politicamente.

Quer dizer, matar os agricultores de repente e sai pela vida que está sendo atacado, está sendo perseguido politicamente por um Deputado do PT. A questão aí fica maniqueísta, fica manipulada e fica simplória.

Então, a preocupação nossa é com a saúde pública, com relação as seqüelas que vai deixar nessa população e outras populações que estão sendo neste momento prejudicados pelo mesmo mal, pela inabilidade, pela falta de punição por aqueles que colocam deliberadamente trabalhadores sob ação de agentes químicos.

O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Companheiro Colombo há cerca de três anos atrás o serviço de vigilância sanitária do Estado de São Paulo fez um estudo e constatou que a maior causa de intoxicação da população rural e causa de doença e morte era agrotóxicos no Vale da Ribeira.

Estudos feitos no Paraná pelo setor de vigilância sanitária têm demonstrado que também o agrotóxico tem contribuído para a grande parte dos internamentos no interior do nosso Estado. Há cerca de um mês atrás, em Iporã, visitei num hospital uma criança de quinze anos de idade que estava trabalhando com substância tóxica, sem nenhum equipamento de proteção a sua saúde.

É bem o que se vem discutindo hoje no País. Discute-se as condições de trabalho e se discute também a faixa etária de quem faz o trabalho. Muitas dessas pessoas intoxicadas geralmente são adolescentes, são crianças, submetidas inclusive, às vezes, a regime de semi-escravidão, como a gente pode demonstrar por várias denúncias feitas, como recentemente pela Revista Aten-

ção, a nível nacional.

Acho que cabe a nós, não somente a Comissão de Agricultura, mas também a Comissão de Saúde começar a manifestar-se a respeito desses casos de intoxicação e tomar partido. Qual é o partido? A de defesa dos interesses dos trabalhadores que estão sendo envenenados por uma série de empresários ou fazendeiros e alguns deles por próprio desconhecimento, alguns desses trabalhadores são pequenos proprietários e tomamos partido no sentido de defesa dos interesses desses trabalhadores e de dar informação para que isto deixe de ocorrer, porque se não vamos ter cada vez mais o comprometimento da saúde a longo prazo, porque muitos desses agrotóxicos são cumulativos no organismo, eles não são colocados para fora através da filtração renal ou hepática.

Então é correta a preocupação e nós devemos começar a atuar nesse campo também.

O SR. IRINEU COLOMBO - Obrigado Senhor Deputado.

Para encerrar, Senhor Presidente, só gostaria de ler um trecho, para os Senhores terem a noção exata da preocupação de um dos bóias-frias, trecho da notícia divulgada ontem pela Folha de Londrina: "Um dos bóias-frias com o qual eu conversei, Osvaldo Duarte Chaves, teria procurado Teresa Tomasinho, a proprietária, no caso, esposa do Prefeito, e ouvido dela a seguinte sentença: "Bóias-frias têm que morrer todos, só atrapalham".

Na denúncia à Promotoria consta o nome de pessoas intoxicadas que foram hospitalizadas. A relação é confirmada no hospital, então não tem nenhuma inverdade, não estamos inventando nada. Esse fato é gravíssimo porque os agricultores estão sem condições de tratamento especializado estão sem trabalho e pior, sem receber a remuneração devida e esse é o caso de até nesse momento de pensar num socorro imediato às famílias por conta que existe inclusive uma senhora que é mãe solteira e o rendimento dela estava no trabalho volante. Ela está envenenada no hospital, portanto sua filhinha que está sozinha em casa está passando fome, sob a assistência precária dos vizinhos. É essa a denúncia e poderá ter desdobramentos ainda maiores.

Muito obrigado Senhor Presidente pela compreensão e aos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para

chamar a atenção desta Casa, para uma situação que diz de perto, com os interesses de nosso Estado.

Trata-se de situação vivenciada pela Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal S/A (SR-5), sediada aqui, em nossa Capital.

Como se sabe, a RFFSA teve, sempre, marcante presença no desenvolvimento econômico e na história do Paraná.

Foi ao longo dos poéticos trilhos da ferrovia que surgiram e se desenvolveram centenas de municípios paranaenses.

Hoje, a RFFSA tem significativa importância para o Estado, pois é pela sua malha ferroviária que se processa grande parte do escoamento de nossa safra, em direção ao Porto de Paranaguá, gerando impostos para o fisco estadual.

Além disso, é indispensável, que haja perfeita sintonia entre as administrações da Superintendência Regional da RFFSA, com a Diretoria da FERROESTE, para que se integre o transporte que será, em breve, promovido por esta última.

Ocorre, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Superintendência Regional do Paraná da Rede, sofre uma crise interna, com indesejáveis reflexos negativos, nas suas atividades.

Isto porque o atual Superintendente, Senhor Renato D'Alásocio, está em caráter interino na função, pois acumula a Superintendência do Paraná com a Superintendência do Porto de Tubarão, em Santa Catarina. Fica, portanto, parte do expediente da semana aqui em Curitiba e, outra parte, no Estado vizinho, onde possui família e residência permanente.

Vale dizer, o atual superintendente não tem qualquer ligação ou raízes com o nosso Estado, não possuindo, assim, conhecimento suficiente para gerir esta importante Superintendência Regional. A nomeação interina, feita pela Presidência da RFFSA, foi motivada pela exoneração do antigo superintendente, há questão de dois meses.

A crise administrativa da Regional da RFFSA já foi noticiada pelos mais prestigiosos veículos de comunicação de nosso Estado e aponta para um grave risco para o escoamento da safra deste ano, com a conseqüente queda da arrecadação tributária.

Bastaria dizer que o atual superintendente, ainda que interino, tentou cancelar o convênio celebrado entre a RFFSA e a FERROESTE, alegando que o mesmo não era suficientemente rentável para a Regional da Rede.

Tal iniciativa, felizmente, não prosperou graças à pronta intervenção da competente Diretoria da FERROESTE - a quem aqui rendo minhas homenagens - que conseguiu sensibilizar, em sentido contrário, a

administração geral da RFFSA, no Rio de Janeiro.

Seguramente, o atual superintendente tentou prejudicar a FERROESTE, por não saber da importância que a mesma representa para o nosso Estado.

O Paraná é o único Estado na federação que investe em ferrovia, dispendendo recursos na ordem de 330 milhões de dólares, desde o Governo Álvaro Dias, quando se iniciaram os projetos para a construção da FERROESTE.

Mas, há ainda, Senhor Presidente, fatos mais graves a serem relatados.

A Superintendência de Curitiba, da Rede, sempre teve, com prioridade de transporte, o atendimento às cooperativas, às indústrias moageiras de soja e aos produtores agrícolas do nosso Estado.

Pois bem. A atual administração regional da Rede está captando contratos de transporte da soja do Mato Grosso, para operar no trecho Ourinho - Paranaguá, em detrimento do escoamento da nossa safra.

Foi o que ocorreu, há alguns dias, com o cancelamento do transporte de farelo de milho, produzido em Andirá e Cambará, que não pôde ser embarcado, por falta de capacidade de transporte, uma vez que deu-se prioridade de atendimento ao Estado de Mato Grosso.

E o que é mais grave, Senhores Parlamentares: enquanto o produtor rural do Paraná paga um frete de dezesseis reais por tonelada, a atual administração regional da Rede estabeleceu, para os produtores do Mato Grosso, um frete de apenas quatro reais e cinquenta centavos, por tonelada, para fazer o mesmo transporte!

Todas estas lamentáveis ocorrências foram motivadas pelo atual superintendente que, não tem qualquer ligação pessoal, familiar ou profissional com nosso Estado, desconhece as nossas peculiaridades regionais.

Destaque-se, ainda, que a Regional de Curitiba da Rede, jamais deixou de ser exercida por um paranaense, seja este por nascimento ou por opção.

Bem ao contrário, a Superintendência Regional da Rede, aqui no Paraná sempre foi exemplo no campo ferroviário, pois daqui saíram ilustres paranaenses que atuaram como Diretores da Rede Ferroviária Federal S/A, na sede da direção geral, no Rio de Janeiro.

Relembro aqui, em grau de homenagem, os dignos nomes de Osiris Stenghel Guimarães, Paulo Munhoz da Rocha Neto, José Haroldo Carneiro Lobo, René Fernando Schopa e Francisco Mario Chiesa, que emprestaram seus talentos e dedicação profissional, quando estiveram à frente da administração nacional da RFFSA.

Não seria concebível, pois, se admitir

que um profissional que não pertence aos quadros de funcionários da Regional/Paraná da Rede aqui viesse para gerir os interesses do nosso Estado.

Ainda mais quando se constata que a Regional/Paraná - chamada SR-5 - conta, em seu quadro funcional, com 110 (cento e dez) engenheiros, formados e preparados para assumirem a superintendência. Apenas a título de ilustração, registre-se que a Regional/Tubarão, de onde veio o Superintendente interino, possui 7 (sete) engenheiros.

Atenta a estes problemas aqui relatados, e com elevada sensibilidade, a bancada federal que representa o nosso Estado, acaba de encaminhar, ao Presidente da RFFSA, na semana passada, abaixo-assinado firmado por 25 (vinte e cinco) parlamentares, solicitando a imediata substituição do atual superintendente interino, indicando para o seu lugar, o nome do Sr. Adalberto Alves de Souza.

A indicação feita pela bancada federal é pautada por critérios exclusivamente técnicos, pois o referido indicado é engenheiro de carreira da Regional/Paraná da Rede, tendo sido admitido, por concurso público, há mais de vinte anos.

Ao longo desse tempo, o indicado experimentou uma carreira funcional sempre ascendente, ocupando cargos técnicos e administrativos, em todos os níveis, faltando-lhes, apenas, para o coroamento da exitosa vida profissional, ocupar o cargo de superintendente.

É o que se espera que aconteça, para que se encerre o sombrio período de instabilidade e angústia que se verifica, entre a classe produtora, no presente momento, no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva dessa Casa de Leis anuncia em nossas galerias a presença dos alunos e professores da Faculdade de Artes do Paraná e concedemos por requerimento feito de sua autoria, a palavra ao Vereador Ângelo Vanhoni, nosso ex-Vereador de Curitiba e nosso Deputado querido ex-Líder do PT, a fazer a saudação e principalmente a apresentação de quem vai falar em nome das reivindicações desta Faculdade de Artes do Paraná, Sr. Emerson Santos.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Professores e alunos da Faculdade de Artes do Paraná.

Queria colocar apenas uma breve reflexão sobre política cultural no Estado do Paraná. O Édno Guimarães que é lá de Cia-

norte, já foi Prefeito daquela cidade, o Valdir Rossoni que é da região sul do nosso Estado, de Bituruna, Nereu Moura que é de Cascavel, Augustinho Zucchi, que é de Pato Branco, a Irondi Pugliesi que é da região de Capanema, fronteira com a Argentina.

Uma coisa séria nos preocupa com relação à política cultural no Estado do Paraná. No ano passado, no ano retrasado, não os estudantes mas alguns profissionais da área de cultura, por causa de problemas salariais me procuraram, e eu ainda era Vereador, procuraram-me na Câmara dos Vereadores, funcionários da Secretaria Estadual da Cultura. A Secretaria Estadual de Cultura, comandada pela Professora Gilda Polli, tinha uma política cultural para o Estado do Paraná que era a criação de uma oficina para as Prefeituras no interior do Estado, isto é, a Secretaria de Estado pagava um fotógrafo, pagava uma diária para fotógrafo, para uma pessoa na área de teatro, na área de música, na área de dança e assim por diante.

E essa equipe de dez, doze pessoas ficavam numa cidade como na sua Cidade de Arapongas, que fazia um convênio com a Secretaria, e a Cidade de Arapongas via o espaço, pagava a refeição e a estadia destes profissionais e esta equipe se dirigia até Arapongas para ministrar uma Oficina de cultura para a juventude e para as pessoas que quisessem fazer um curso de fotografia, fazer um curso de teatro, na área de dança, na área de música, na área de cinema, afinal de contas, o Estado tem a obrigação de promover a cultura e a possibilidade de fruição cultural das pessoas que aqui habitam, pois bem, fui ver daí os problemas financeiros.

O Estado do Paraná, Caíto Quintana, e V. Exa. era Chefe da Casa Civil naquele período, veja que aberração. O Estado do Paraná gastava durante um ano para o Paraná todo, cerca de 70 mil dólares.

Setenta mil dólares, Deputado Romaneli, equivalia a 3 isenções no horário nobre da Rede Globo, de propaganda do belo trabalho que V. Exa. fez em relação a habitação popular no Estado do Paraná.

Então, olha a preocupação que o Estado tinha em relação a cultura e ainda estavam querendo retirar estas migalhas de verbas que eram para um ano todo, para 70 mil dólares, o que é equivalente hoje, 70 mil reais, para colocar na área da cultura no Estado do Paraná.

Pois bem, acho que todos nós, o Senhor Deputado Neivo Beraldin, e acho que é de consenso da Assembléia Legislativa de que a vida humana, não se faz única e exclusivamente de que não estamos nesta vida, apenas para comer e beber, não estamos. Não estamos para comer e beber. Nós homens

estamos para criar os valores fundamentais que dão sentido à existência humana da nossa breve passagem por este Planeta.

E a cultura, a cultura de um povo, a cultura de uma civilização, além de estar impregnada nos traços materiais da nossa sociedade, isto é, na maneira como produzimos uma cadeira, na maneira como produzimos um utensílio qualquer para uso dos nossos povos, a cultura fundamentalmente trabalha os principais valores que a humanidade conseguiu construir ao longo da sua história. E esses valores, não são valores de uso cotidiano, não são valores de troca, que podem ser medidos por uma relação financeira, são valores que estão além de uma relação financeira que o sistema capitalista coloca para nós.

Lamentavelmente, há uma dissociação, uma dicotomia, em como produzimos a educação dos jovens, a educação na nossa sociedade?

No meu entendimento, a cultura ao desenvolver as relações culturais entre as pessoas, principalmente no que diz respeito ao trabalho, ao fomento da sensibilidade humana, isto se dá, no campo do teatro, no campo da dança, no campo da pintura, no campo da poesia, no campo do cinema, isto é importante que o Estado promova a formação dos jovens, a formação da nova sociedade que queremos.

E passa por priorizar uma política cultural que vá de encontro, que vá, que enfrente este problema de ausência, de dispersão que a vida nos leva no dia-a-dia.

Pois bem, sou daqueles que defendo que a política cultural de um Estado, de um Governo, leva ao fracasso completo do desenvolvimento completo do ser humano na nossa sociedade, mesmo do desenvolvimento profissional, do desenvolvimento técnico. Sou daqueles que acho que a cultura, aulas de teatro, de história da arte, de pintura, de dança, de música, como existiam antigamente, não da forma como desejamos, mas antigamente, antes da reforma técnica do ensino, a formação que se tinha para os jovens, e muitos daqui acho que frequentaram aqueles bancos escolares, aonde existiam o ensino de línguas, como línguas, até línguas mortas, hoje que não são mortas, são línguas vivas, como latim, o grego, o francês e o ensino da música, o ensino da dança, o ensino das artes plásticas, até no ensino do primário, já estava presente no conteúdo programático na educação básica dos nossos jovens.

Os estudantes da Faculdade de Artes, Deputados, Presidente, estão aqui hoje para fazer um apelo aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e não só os estudantes, os professores também. Esta Faculdade que tem mais de 40

anos não tem, Deputado Cezar Silvestri, não tem um espaço físico para que os estudantes possam receber e os professores ministrarem as aulas para aqueles que no futuro estarão sendo a correia de transmissão dos valores culturais que a humanidade construiu até hoje.

Estão numa situação de precariedade absoluta, estão jogados, divididos não têm um espaço físico.

A promessa para a resolução dos problemas fundamentais, do espaço físico, para a Faculdade de Artes do Paraná, que tem mais de 40 anos, não é uma promessa só do Governo Lerner, é uma promessa que não foi cumprida na época ainda do Governo Requião.

Que através do secretário de Ciência e Tecnologia, o Professor, ex-Vereador e ex-Deputado Adail Springer Passos, cansou de comprometer-se com a solução definitiva dos problemas da Faculdade de Artes do Paraná. De lá para cá, nenhum gesto por parte do governo, e por parte do Estado foi feito no sentido de solucionar definitivamente. Pior do que isso, os Professores ganham 250 Reais para ministrar aulas, e os alunos estão jogados nos porões, do Teatro Guaíra, em lugares insalubres, e que nas últimas chuvas que aconteceram recentemente deixaram as dependências precárias, que eles ocupam, num estado de calamidade.

Então, acho que a comunidade da cultura e da arte do Paraná, venha à Assembleia cobrar um posicionamento dos Deputados. Por que o Estado do Paraná, não pode permitir, nós não podemos permitir que esta situação continue para uma Faculdade que tem mais de 40 anos e precisa que o Governo Jaime Lerner, cumpra aquilo que pelo menos todos nós acreditamos que é a sensibilidade, pelo menos do Governador em relação a arte, em relação a cultura. Mas, que isso transforme-se em ações práticas e concretas na solução dos problemas da Faculdade de Artes do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra por cinco minutos ao Diretor da Faculdade de Artes do Paraná, Sr. Emerson Santos.

O Sr. Emerson Santos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome dos alunos da Faculdade de Artes do Paraná, boa tarde.

Tenho aqui em minhas mãos um dossiê, um levantamento de todos os problemas, inclusive isso já foi vinculado na imprensa, todos os problemas que a nossa Faculdade tem enfrentado durante esses últimos 40 anos. Quero colocar em breves palavras um pouco do histórico da nossa Faculdade.

FACULDADE DE ARTES SEM TETO

A Faculdade de Artes do Paraná completa 40 anos sem sede própria.

A Instituição foi criada pela Lei Estadual 18/56, de 27 de março de 1956 com o nome de Conservatório Estadual de Canto Orfeônico e teve como sede inicial uma casa alugada, situada à Rua 13 de Maio. Ainda neste endereço em 1967 passou a ser Faculdade de Educação Musical do Paraná (FEMP). Tendo mudado para a Rua Paula Gomes, em 1976, permaneceu numa outra casa alugada até outubro de 1994, quando esta sede foi interditada.

Neste novo endereço, seu nome mudou para Faculdade de Artes do Paraná (FAP) e cresceu, ofertando novos cursos e chegando a abrigar os cursos de Teatro e Dança, oriundos do Convênio PUC-Teatro Guaíra.

Quando ocorreu a interdição desta sede da Rua Paula Gomes, em 1994, a FAP, que é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, era uma Instituição crescida, necessitando de um grande espaço que comportasse seus 1000 alunos, 100 professores e 12 funcionários com seus cinco cursos. O que ocorreu, entretanto, foi uma mudança às pressas para locais provisórios: parte dos cursos nas dependências da ULT, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Emprego e das Relações de Trabalho e outra parte (a 3 Km de distância) na sede da Escola de Danças Clássicas do Centro Cultural Teatro Guaíra.

Diante das necessidades das referidas instituições de melhor organizar seus espaços, solicitou-se a desocupação dos prédios citados. Por outro lado, o governo do Estado, desta administração, tendo em vista um imenso projeto de artes para a Cidade de Curitiba, ofereceu, alternativamente, como nova sede, o prédio ocupado pela Instituição Lar das Meninas Hermínia Lupion.

Face a mobilização da comunidade do Bairro das Mercês e conseqüente mudança de intenções governamentais, ficou pendente a situação da FAP, que é carente de uma sede para suas atividades e vive o pesadelo da "solicitação de desocupação imediata do espaço", pela Secretaria de Estado do Emprego e das Relações de Trabalho.

Hoje, alunos, professores e funcionários vivem incertezas e aguardam uma solução por parte da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esperando resposta dos estudos que estão sendo desenvolvidos pela equipe designada pelo Senhor Secretário de Estado.

DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACULDADE
DE ARTES DO PARANÁ

Of. Circular 002/96

Curitiba, 02.03.96.

Senhores Deputados.

O presente documento, tem por objetivo levar ao conhecimento de Vossas Senhorias, a situação de precariedade que encontra-se a Faculdade de Artes do Paraná, que neste mês completará 40 anos de existência, dedicados à formação de artistas, musicoterapeutas e arte-educadores e inúmeros serviços prestados à Educação e Cultura de nosso Estado.

Os documentos, em anexo, tratam dos problemas básicos de nossa Instituição, que além da falta de professores e questões orçamentárias, está privada (pelo menos até o presente momento) de ter seu próprio teto, condição mínima para o desenvolvimento de suas atividades.

Nossas aulas deveriam começar dia 04 de março, mas pela morosidade com que estes assuntos são tratados (sabemos que existem entraves burocráticos) e pela própria condição histórica que se encontrou a FAP nestes anos, decidimos em Assembléia Geral dos estudantes que não retornaríamos às aulas na humilhante situação de sucateamento em que se encontra nossa instituição.

Desta forma, apelamos as Vossas Senhorias, no sentido de nos prestarem "ajuda", intervindo em nome de nossa causa, buscando soluções junto às autoridades também competentes, para que tenhamos o mínimo que nos é de direito, justo e ético. Queremos um teto, queremos arte.

Respeitosamente.

EMERSON SANTOS

Diretor Geral do Diretório da FAP

Então, como disse, tenho em minhas mãos um dossiê que esclarece melhor a situação. E temos que encaminhar este dossiê à Comissão de Educação desta Casa para que possam ser tomadas as medidas necessárias em apoio a esta nossa causa.

Se houver algum esclarecimento por parte dos Deputados, estamos aqui abertos para fazê-lo.

Então, a nossa posição seria esta. Queremos, em nome de todos os alunos da FAP e seus seis cursos, agradecer o espaço e estamos aguardando o apoio dos Senhores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni e em seguida ao líder do Governo. Algaci Túlio.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Acho, só para deixar claro para os Srs. Deputados, temos uma comissão que trata, permanente na Casa, que é a Comissão de Educação e Cultura.

Acho que o Deputado Péricles deve ter

agendado uma reunião com o secretário, que é o responsável por esta área, que é o Dr. Alex Beltrão.

E esta comissão acompanhada de outros Deputados, donde deverá comparecer a Secretaria de Ciência e Tecnologia, vai fazer os apelos para uma solução definitiva o mais rápido possível para esta situação dos estudantes da Faculdade de Artes do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados e o pessoal da Faculdade de Artes, quero dizer que nos governos passados, nós aqui batalhamos bastante com relação a questão da Faculdade de Artes.

Lembro até quando o prédio da Emiliano Perneta estava com seriíssimos problemas e havia necessidade de se retirar o pessoal de lá para um outro espaço, quando vieram então para a Trajano Reis. E lutamos, naquela época, para que houvesse depois o retorno para a Emiliano Perneta. E graças a Deus houve a sensibilidade do Governo do Estado, na época, e a Faculdade voltou para a Paula Gomes.

Quero dizer, Sr. Presidente, que conversei ontem com o Secretário Alex Beltrão e tive a informação de que já ele teria recebido a comissão. Eu me coloco inteiramente à disposição com esta comissão, com o Deputado Vanhoni, com os demais parlamentares para encontrarmos uma solução.

Há uma tentativa, parece-me até um desejo, de que o pessoal vá para o TECPAR. Pode ser esta uma solução. Quem sabe seja! Vamos lutar neste sentido para que haja esta possibilidade.

Então, na condição de líder do Governo, coloco-me inteiramente à disposição para que possamos viabilizar isto com a comissão e vamos conversar com o secretário e tentar encontrar um caminho. Não entendo e não posso admitir que o pessoal permaneça numa situação indefinida. A vontade era levar para o Lar Erminia Lupion. Houve o movimento da comunidade e viabilizou, pelo menos por ora, este projeto. De um lado a comunidade não queria ficar longe das crianças e do outro lado o governo queria colocar a Faculdade de Artes para lá. Não houve esta condição, mas vamos tentar achá-la. Acho que o caminho mais fácil e mais correto, realmente, é este diálogo e tentar achar o espaço no TECPAR, que seria, me parece o espaço mais viável. Me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sabíamos que seria esta e não outra a posição de vossa pessoa e como desta Casa de Leis, nas pessoas dos 54 Deputados para acharmos uma solução à Faculdade de Artes do Paraná que pode contar com a Assembléia Legislativa deste Estado.

Concedo a palavra ao nosso 1º Secretário que fará a leitura de um pedido de uma solicitação de uma mensagem do Sr. Governador, que chega neste instante. E devido ao conteúdo da mesma solicito aos Srs. Deputados que após o término desta sessão está convocada uma sessão extraordinária logo a seguir para aprovarmos ou rejeitarmos esta mensagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgard Bueno) - Começa a ler a mensagem do Governador.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno) - Termina de ler a Mensagem do Senhor Governador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encaminhado ao Departamento Legislativo. Informamos aos Senhores Deputados que logo após esta Sessão teremos uma Sessão Extraordinária, para podermos apreciar esta Mensagem, já que amanhã, por requerimento da nossa querida Deputada Irondi Pugliesi, será feita uma Sessão Solene para aquela pessoa que é mais grata para nós, nossa mãe, nossa irmã, nossa mulher, enfim é o "Dia Internacional da Mulher".

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Primeiramente dizer aos companheiros que não estiveram ontem na reserva ecológica Beraldin, que o nosso time, mais uma vez ganhou, e que o grande destaque do jogo foi o nosso companheiro Colombo, nota 10, jogou tudo que tinha direito. E o nosso Líder do Governo, Algaci Túlio, mais uma vez enrolou no meio de campo, e segundo Miltinho Puppio foi a causa da derrota. Com todo respeito, Deputado Algaci Túlio, futebol está fraco, não é Deputado?

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cada um nasce para fazer alguma coisa. Na vida um nasce para ser cantor, outro nasce para ser escritor, outro recebe o dom de Deus para ser médico, e também nasce aquele para ser jornalista, nasce aquele para ser também radialista.

E o radialista, por natureza própria, Senhor Presidente, tem por obrigação, primeiro saber falar, segundo, saber comentar, saber ouvir e saber acima de tudo o sentido da verdadeira crítica que lhe é imputada, a ele ou a seus programas apresentados.

Senhor Presidente, recebi, no dia de hoje, uma declaração que deve ter partido, não sei de onde, de que alguns Srs. Deputados gostariam de requerer adicional de insalubridade, quando eu e o Deputado Tureck viéssemos a esta tribuna. E que nossos comentários seriam chatos.

Bom, Senhor presidente e demais companheiros, confesso que a partir de hoje vou mudar a minha postura, vou falar mais devagarinho, como bom gaúcho que sou, vou falar pausadamente, para que as pessoas possam me entender, e que, pelo menos depois, a palavra chato possa ser colocada com sabedoria e com inteligência.

Acho muito mais chato o fato de você subir nesta tribuna, fazer um grandioso comentário, alertar esta Casa e depois você olhar para os quatro cantos deste Estado e você não ver nada, como se você fosse uma pessoa que tivesse alguma doença e que não poderia se propagar o seu nome a pedido de alguém.

Mas isso é coisa pequena, Senhor Presidente, quero aproveitar hoje para saudar a eminente Deputada Irondi Pugliesi, amanhã é o dia internacional das mulheres, e com a sua inteligência adaptou um Projeto que fizemos, eminente Deputada, e que vai premiar exatamente as mulheres. Cumprimento e torço para que este Projeto aqui esteja amanhã, e que possamos, quem sabe no dia de hoje, falar disso e homenagear as valorosas mulheres desse Paraná, Senhor Presidente.

Segundo assunto, fiquei preocupado hoje pela manhã. O Senhor Marcos Formighieri, Diretor do Jornal Gazeta do Paraná, concedeu uma entrevista a este radialista que também é Deputado, dizendo aquilo que eu havia dito aqui ontem sobre quadrilha no Paraná, tomada de assalto ao Paraná, e citou alguns pontos que eu...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo o horário do PSDB, já com a licença do eminente Líder Cezar Silvestri.

O SR. JOCELITO CANTO - Obrigado, Senhor Presidente.

E nessa entrevista que foi ao ar hoje pela corajosa rádio difusora de Ponta Grossa, que diga-se de passagem, "não tenho o rabo preso com ninguém", onde colocamos a verdade, onde colocamos um cidadão ao ar para falar aquilo que ele pensava e que é um direito que cabe a qualquer cidadão que queira falar, ainda mais quando for um programa democrático que é o meu onde todos podem participar.

Senhor Presidente, lá foram reiteradas todas as denúncias que fiz aqui, quadrilha, falou-se em problemas no DER, locação de veículos com acertos, comunicação social, COPEL, e fiquei estarelecido quando aquele jornalista disse àquela emissora que se a Assembléia não tomasse uma posição, a Assembléia estaria conivente com a situação.

Então, trago mais uma vez esse assunto até esta Presidência e esta Casa de Leis, e como muitos outros Requerimentos foram

aprovados, como agora acabamos de ver um representante da cultura do Paraná aqui, expondo suas idéias, não vejo porque não a presença de um jornalista que gostaria de estar aqui e nos ajudar se é verdade ou não.

Deputado Algaci Túlio, nobre Líder do Governo, com todo o respeito que tenho por V. Exa. e por esse Governo que aí está, chegando aqui no meu Gabinete, inclusive estamos remetendo neste momento ao Palácio Iguaçu, um documento em que conto a S. Exa. o Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, que este jornalista usou da rádio difusora de Ponta Grossa para fazer tais afirmações contra o seu Governo.

A minha intenção com esse ofício, e está escrito nesse ofício, nesse comunicado que faço a S. Exa. é de que o meu programa está a disposição para que ele possa dizer o contrário do que aquilo que foi colocado pelo jornalista hoje pela manhã. A cidade ficou estarelecida com o que se ouviu hoje.

Então, estou encaminhando como bom radialista, como o Deputado Algaci, Chab, os demais que estão aqui, estou encaminhando a Democracia do meio de comunicação social, que é o direito de se ouvir o outro lado da história. E para que depois não digam que não o dei, fiz questão de levar o documento ao Palácio com a ciência do Governo de que isso aconteceu lá em Ponta Grossa hoje. E depois disso só nos cabe aguardar para ver o resultado. E mais, fiz questão de ligar ao Secretário do Governador, Sr. Gilson Guelmann e disse a ele; e ele me disse que já era sabedor e solicitava a mim a fita do pronunciamento desse jornalista. Disse a ele com todo o respeito que até para efeito jurídico é necessário que o Governador do Estado ou a Procuradoria requeira isso judicialmente e a fita será entregue no momento em que a justiça determinar.

Senhor Presidente então era isso, e gostaria de destacar, porque acho que as acusações foram muito piores do que está sendo colocada nos jornais. E acho que está na hora de termos uma resposta disso. Porque hoje a Cidade de Ponta Grossa ficou sacudida com essa notícia.

E finalizando, Senhor Presidente, nunca posso me esquecer de falar, quero me tornar chato, mas quero me tornar cobrador de uma coisa que o meu eleitor de Ponta Grossa quer que eu faça aqui. Que o meu eleitor dos Campos Gerais quer que eu faça aqui nessa tribuna. A região dos Campos Gerais, Ponta Grossa, Senhor Presidente, nós queremos, ela merece. Cargo de primeiro escalão no Governo nessa reforma, em respeito Senhor Presidente a sua pessoa, como membro do PDT, em respeito ao Deputa-

do Plauto Miró que vota com o governo, em respeito aos líderes que ajudaram o nosso Exmo. Governador a ser o primeiro mandatário do Paraná hoje.

Acho que fui bem entendido, encerro as minhas palavras, agradecendo-lhe eminente Presidente e dizendo que: o importante é falar, quem não fala às vezes engole um sapo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Senhor Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero nesse momento aqui dizer com muita alegria e com muita satisfação, de fazer parte de um Governo que está preparando o futuro desse Estado do Paraná. Como Executivo, como Prefeito que fui e muitos dos Senhores Deputados que aqui estão, que foram Prefeitos, a exemplo do Edno Guimarães lá da Cidade de Cianorte. E que hoje o seu comportamento nessa Casa de Leis, assim como o comportamento do Deputado Nelson Tureck e demais Deputados que aqui estão para colaborar, que aqui estão para prestigiar o povo do Paraná. Porque o povo do Paraná, porque o Governo do Paraná está com os seus projetos extraordinários, projetos no qual me orgulho de gritar o nome bem alto, desde Governo Jaime Lerner, da sua equipe de trabalho.

Ainda ontem, estivemos no Palácio Iguaçu aonde o governo assinou convênio com mais 25 municípios do Paraná que é o caminho da rua para a escola, distribuindo cestas básicas e com os outros convênios que já foram assinados, mais de três mil crianças do Paraná serão beneficiadas, e são projetos de alcance social extraordinários.

Estivemos hoje no Palácio Iguaçu novamente, para junto com o Governador, assinar quase dez milhões de reais, Senhores Deputados, para serem investidos na zona rural. São aproximadamente mil e duzentos quilômetros de adequação de estradas, com cascalhamento, que é o revestimento primário. Governador Jaime Lerner, que no ano passado já fez esse tipo de tratamento, e fez esse trabalho aos agricultores do Estado do Paraná. E, volta este ano novamente para 104 municípios do Estado do Paraná.

Parabéns, Governador Jaime Lerner, porque o sucesso do Governo Jaime Lerner é o sucesso desta Casa de Leis, desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Sabemos que, mesmo em épocas importantes, em épocas difíceis, que nós estamos passando, que é a estabilidade do Plano Real, nós que somos executivos entendemos a preocu-

pação do Governo do Estado e a preocupação também do Governo Federal, porque o Plano Real ele é necessário, ele é um bem que nós estamos torcendo para dar certo. E, nós vimos que em épocas difíceis, o nosso Governador com a sua credibilidade, por isso que eu falo em nome deste Governo nos quatro cantos do Estado do Paraná, porque não vou morder a minha língua, aqueles que criticam o Governo Jaime Lerner, podem ter certeza de uma coisa, vão morder a língua, pois este Governador vai ser um dos melhores governadores do Estado do Paraná.

São mais de dez bilhões de dólares que serão investidos neste Estado do Paraná.

Vemos projetos importantes como: a estadualização que, como anel de integração regional vai trazer o maior benefício a todo o Estado do Paraná. Nós vemos a ponte sobre o rio Paraná, em Porto Camargo; vemos a ponte lá em Guaíra, lá na região do Deputado Nelson Garcia; quantos anos o Paraná perdeu e que nunca saiu, começando no ano do Governo Requião e, agora o Jaime Lerner está presseguido e fazendo a continuação destas obras.

Jaime Lerner com o Paraná Urbano, Senhores Deputados, nós sabemos, e eu ouvi ontem aqui falar, muitos prefeitos que não souberam fazer uma administração séria, honrada e honesta e que não saldaram os seus compromissos, jogam a culpa no Governo do Estado do Paraná. Todos nós somos sabedores que, a arrecadação caiu no município, a arrecadação caiu no Estado do Paraná também. Mas, assim mesmo, o ano de 1996 as coisas começam a andar. O Governo do Estado do Paraná cumpriu rigorosamente em dia todos os convênios do governo anterior no ano de 1995 e, no ano de 1996 começa com o seu orçamento próprio.

É por isso, Senhores Deputados, nós que representamos o interior do Estado do Paraná, nós que estamos nesta Casa para reivindicar os projetos dos Senhores Prefeitos, dos Senhores Vereadores e das Lideranças, nós temos que realmente estar atentos, e estamos aqui nesta Assembleia Legislativa para falar em nome do interior do Estado do Paraná. Jaime Lerner com a sua capacidade, com a sua criatividade, com a sua responsabilidade de administrador sério, honrado e honesto.

Vimos hoje, e conversamos com o Deputado Edno Guimarães preocupado lá com o Município de Cianorte que trouxe os empresários daquela cidade em audiência com o Governador, e, hoje eu vi o Deputado Edno Guimarães, contente porque foi bem atendido, pelo Governo do Estado.

Isso que é importante. Sabemos que realmente o Paraná, é um Estado que nos orgulha muito, e muito prazer e muitas glórias vai nos dar.

O que nós precisamos, sim, é ajudar é

colaborar. Quero neste momento aqui nesta tribuna. Não vou morder a língua, porque tudo que estou falando o povo do Paraná vai ver no final dos 4 anos do Governo Jaime Lerner. O que é um governo transformador, de idéias o Paraná Novos Caminhos.

Pior fica para aqueles que criticam o governo nesse momento, sabendo das dificuldades, mas muitas vezes, criticam por desespero por ver os projetos fantásticos que vão ser esparramados por esse Estado do Paraná.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Nelson Tureck, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Permitido o aparte já que o nobre orador por aquiescência da Mesa o inclui no horário destinado a Liderança do PDT.

O SR. NELSON TURECK - Concedo o aparte ao nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Queria em primeiro lugar, cumprimentar Vossa Excelência, pela sua coerência. Foi seguramente o Senhor, um Deputado combativo no apoio à candidatura do Governador Jaime Lerner. Por isso o faz merecer a confiança do Governador, diferente até daqueles que não apoiaram o governo e que hoje obviamente acabam também recebendo as benesses do governo.

Mas eu queria em verdade, solicitar que Vossa Excelência tocou num ponto, que tem me preocupado muito. Tenho lido os planos do governo, sobre esse Anel de Integração. Gostaria que Vossa Excelência, pudesse me explicar, trocar em miúdos, para mim. Como é que vai funcionar esse Anel de Integração do Paraná.

O SR. NELSON TURECK - Nobre Deputado, nós estivemos participando na Cidade de Londrina, estivemos em Maringá junto com os Deputados Marquinhos Alves e Joel Coimbra e também, com os Deputados Federais Odílio Balbinoti, Megger e também o Ricardo Barros.

O Anel de Integração Regional era aquele que o Governador, quando ele aparecia na televisão, ou em reuniões. Ele colocava lá, Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Campo Mourão, Cascavel, Guarapuava, e voltava a Ponta Grossa. São as estradas que vão ser estadualizadas, e estas estradas elas vão ser privatizadas.

Aí nós vamos ter a duplicação de Ponta Grossa, que vai até Londrina. Já temos aí até Maringá. Aí vai de Maringá a Campo Mourão, Campo Mourão a Cascavel, Cascavel a Guarapuava, e Guarapuava que volta até a Cidade de Ponta Grossa.

Vejam bem que obra extraordinária. Nós temos que torcer para que dê certo Romanelli. Porque esta obra ela dando certo, vai ser o futuro do Paraná. Lá vai ser bom para os prefeitos, das cidades que Vossa Excelência representa e que esse Anel de Integração Regional. Todas essas cidades citadas Deputado, elas terão toda a infraestrutura do Governo. Há menos de duas horas de viagem. Por exemplo: a pessoa que está lá em Umuarama, ou está lá em Guaíra, para ela se dirigir até, a Cidade de Cascavel ela leva duas horas de viagem. O que vai até Maringá, ou assim, Paranavaí, Londrina. Eles terão acesso a toda infraestrutura do Governo, com duas horas de viagem.

Então, portanto, é uma coisa que realmente estamos com muita convicção e estamos acreditando. Porque quando as coisas são boas Deputados, a gente, tem que acreditar, tem que torcer para que as coisas dêem certo, porque aí se é a vitória do Governador, é a vitória do Governo do Paraná, é a nossa vitória aqui nesta Casa de Leis, Romanelli.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Gostaria de cumprimentar Vossa Excelência.

Belíssimo discurso Vossa Excelência traz, através do seu pronunciamento, a força do povo do interior e principalmente nosso valoroso povo da região de Campo Mourão. Deputado Nelson Tureck, gostaria de fazer uma pergunta, porque confesso que não sei exatamente quando e quem sabe, Vossa Excelência que é ligado diretamente ao Partido do nosso Governador, possa nos dizer quando vai acontecer finalmente e que a gente possa saber aqui hoje, quando vai entrar em funcionamento esse Anel, e até ontem conversávamos em Ponta Grossa, na rádio, uma pessoa perguntava ali e eu disse que iria trazer informações, pegaria informações aqui na Assembléia e que no dia de amanhã, levaria essa informação, porque em Ponta Grossa ainda não começou.

Não sei se só foi Ponta Grossa ou é todo o Paraná que está assim, mas eu gostaria de saber quando é que começa esse plano que o senhor acaba de nos anunciar e que será um grande investimento que acreditamos que vai acontecer no Paraná, Deputado.

O SR. NELSON TURECK - Só queria dizer ao Deputado Jocelito Canto, que é um cronograma de obras do Governo do Estado, um projeto e quando vai começar, o Deputado não tem condições de dizer, mas eu sei que a Secretaria de Transportes do Secretário Deni Schwartz, a Diretoria do DER e o Governo Jaime Lerner estão empenhados nesse

grande projeto de futuro do Estado do Paraná.

Mais uma vez dizer que queremos registrar a credibilidade do Secretário da Agricultura, Hermas Brandão que tem feito um grande trabalho e que junto com o governo do Estado do Paraná, nessas adequações de estrads e revestimento primário. São essas colocações deste parlamentar e que torcemos e temos certeza que as coisas do Paraná vão dar certo.

Sonhamos muito, temos esperança e assim como o governo tem esperança e assim como o povo do Paraná está sonhando, estamos aqui para dar o aval e a credibilidade ao Governo Jaime Lerner.

Cedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, pronunciamento importante porque aborda assuntos de interesse de todo o Paraná, afinal, é evidente que nós, como integrantes do MERCOSUL, temos que ter boas estradas e o anel que integra Ponta Grossa, Londrina, Maringá, a Ponta Grossa-Guarapuava, está dentro deste contexto e se insere dentro de uma lei aprovada, de nossa autoria aqui na Assembléia Legislativa, onde deu o governo a possibilidade de lançar um edital pré-qualificação das empresas que possam ter interesse em explorar esses trechos rodoviários no Estado do Paraná.

É verdade que o governo deve preocupar-se mais ou investir mais os seus recursos na questão social, na questão da saúde e educação, enfim, assuntos que são mais urgentes e esperar que a iniciativa privada venha comparecer no sentido de realizar essas obras importantes para escoamento da nossa produção, naturalmente cobrando pedágio da duplicação das estradas.

Quero chamar a atenção de V.Exa. e como V.Exa. é do governo, gostaria de que o governo do Estado do Paraná prestasse atenção na questão da Rede Ferroviária Federal. Estamos tendo um tratamento secundário na questão da Rede Ferroviária Federal em relação a outros Estados, tanto é que um engenheiro de Tubarão, Santa Catarina está gerenciando a Rede Ferroviária Federal no Paraná. Veja que Tubarão tem apenas 7 técnicos para gerenciar Santa Catarina. No entanto, aqui temos 107 técnicos profissionais, gente conhecedora dos assuntos de interesse do Paraná e não foi convocado nenhum paranaense. Há no Congresso Nacional abaixo-assinado de 25 Deputados Federais, no sentido de substituir esse cidadão desconhecido para a comunidade paranaense, no sentido de que ele gereencie com o seu Estado.

Portanto, estamos fazendo um apelo e

acabo de fornecer alguns dados ao nosso líder do governo, Algaci Túlio para que leve esse assunto ao governador, porque precisamos ter um tratamento ao contrário, privilegiado, porque o Paraná é o único Estado brasileiro que investiu em ferrovia, investindo mais de 300 milhões de dólares na Ferroeste, aliás, este também é um assunto questionável, porque o Governo Álvaro Dias havia viabilizado a construção da Ferroeste com custo de 160 milhões de dólares. No entanto, até aqui a Ferroeste já consumiu mais de 300 milhões de dólares. Acho que esse é mais um assunto complexo que devemos discutir, mas enfim, tratar da ferrovia, tratar da importância da hidrovía, tratar da importância da rodovia do Paraná e do Porto de Paranaguá é um assunto com certeza muito importante para o Estado porque o Estado é um corredor do mercado consumidor, São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro e o Paraná está numa posição estratégica no MERCOSUL.

Por isso meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

O SR. NELSON TURECK - Queria neste momento também dizer quando o Deputado também chamou que este Deputado era do governo, assim como V.Exa. também é do governo que tem votado a favor do nosso governo, não é Deputado?

O SR. NEIVO BERALDIN - Eu agradeço o espaço que tem me dado o governo.

O SR. NELSON TURECK - E dizer uma coisa, a gente fica contente, sinceramente, porque política se faz com união, Sr. Presidente e vemos que no Estado do Paraná, Neivo Beraldin, quando todos os Deputados Federais hoje, sem sigla partidária, estão olhando trabalhando pelo Paraná, assim como os Senadores e é assim que vamos transformar este Estado.

Então, neste momento aqui também preciso deixar registrado a minha gratidão, a solidariedade, porque veja bem, temos os 30 Deputados Federais do Paraná e estão lá trabalhando, lutando pelo Paraná e isto é que é importante.

O Sr. Neivo Beraldin - Concede-me mais um aparte, Deputado?
(Assentimento).

É preciso enaltecer os Deputados Federais no momento em que foi o único Estado brasileiro que abriu mão em conjunto, todos os Deputados das suas emendas individuais para inserir no orçamento da União obras para o Estado do Paraná. Neste momento os Deputados Federais estão de parabéns, temos que enaltecê-los, porque foram, corresponderam, enfim, a expectativa da população do Estado do Paraná.

O SR. NELSON TURECK - Então, vocês vejam bem, Srs. Deputados, credibilidade é uma coisa que a gente não compra, a gente conquista e essa credibilidade o Jaime Lerner conseguiu, não só dos 30 Deputados Federais do Paraná, mas também dos 3 Senadores deste Estado e com isto quem sai ganhando é o povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo (Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças.
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 036/95 subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País, entre os dias 09 a 15 do corrente mês, com destino a Nova York, para participar como membro da 1ª reunião do Grupo Internacional de Aconselhamento das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat II. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que denomina Rodovia Deputado José Alves a Rodovia PR-317, ligando Maringá a Santo Inácio. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEL DA C.O.P.T.C.. SUBSTITUTIVO DA C.O.P.T.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 434/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 062/95, que eleva de 11 (onze) para 12 (doze) o número de representantes da sociedade civil organizada, no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Tú-

lio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, aliada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 434/95.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 435/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 063/95, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.C.J. - FAVORÁVEL DA C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 435/95.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 007/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que institui a cédula de identidade funcional para os servidores civis do Estado, em atividade ou aposentados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 06/95, de 20.02.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 007/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, objetiva instituir, no âmbito da Administração Pública Estadual, a cédula de identidade funcional, que será emitida a todos os servidores civis, ativos e inativos, assim estabelece forma e critérios para sua emissão.

A medida proposta é salutar, sem dúvida, consoante com os interesses da Administração, vez que procura destacar e valorizar aqueles que trabalham pelo desenvolvimento e progresso de nosso Estado, facilitando sua identificação perante os órgãos públicos, entidades privadas e demais segmentos da sociedade.

Quanto aos aspectos atinentes à legalidade e constitucionalidade que envolvem a matéria, e aos quais cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça opinar, não há nada que possa obstar seu normal prosseguimento, com exceção do art. 8, que deverá ser modificado para melhor adequação da proposta à atual estrutura administrativa do Estado, tendo em vista que as fun-

dações estaduais foram autarquizadas pela Lei n° 9.663, de 16 de julho de 1991.

Nestas condições, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei n° 007/95, na forma de emenda modificativa ao seu art. 8, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI N° 007/95

O art. 8, do Projeto de Lei n° 007/95 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8 - Os Órgãos da Administração Indireta do Estado, assim como os de Regime Especial, adotarão as regras desta lei."

Sala das Comissões, em 11.04.95.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 007/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, institui a cédula de identidade funcional para os servidores civis do Estado, em atividade ou aposentados.

A iniciativa não infringe qualquer disposição legal ou constitucional atinente à matéria orçamentária, ressaltando-se no entanto que a despesa decorrente de sua implementação deverá ser objeto de previsão no orçamento do Estado para o exercício de 1996.

Ante o exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DURVAL AMARAL -Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 013/95, de autoria do Deputado César Seleme, que concede dispensa de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 06, de 20.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 13/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em referência, por disciplina da matéria atinente ao regime jurídico dos servidores públicos do Estado, foi baixado em diligência, por esta Comissão, à Secretaria de Estado da Administração, em 11 de abril do corrente ano,

para análise prévia e pronunciamento.

Agora retorna com o parecer de n° 1803, apenso ao protocolo n° 2.297.733-4, da Divisão Jurídica de Recursos Humanos daquela Pasta, manifestando-se pelo indeferimento do pleito, tendo em vista que o assunto em questão já encontra-se disciplinado pelo Estatuto dos Servidores Públicos (Lei n° 6.174/70).

Ainda que pesem boa intenção do ilustre autor, nobre Deputado César Seleme e o mérito da matéria tratada, o questionado plano de lei não deve merecer o voto favorável desta Comissão em face de sua flagrante inconstitucionalidade, pelas razões a seguir explicitadas.

A nosso ver, além dos argumentos expostos no douto parecer da Secretaria de Estado da Administração, antes referido, o problema maior e que inviabiliza o prosseguimento do projeto é o fato do mesmo colidir com as disposições do art. 66 inciso II, da Constituição Estadual; que atribui ao Governador do Estado iniciativa privativa para a prepositura de matéria de tal natureza - Regime Jurídico de Servidores Públicos.

Nestas condições, nosso parecer é contrário à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE DE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 013/95

P A R E C E R:

Atendendo ao que dispõe o artigo 33, § 10, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Saúde Pública, manifestar-se sobre as

"... proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins."

No presente caso o projeto de lei em exame, trata especificamente de conceder licença à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou que detenha a guarda e responsabilidade de pessoa portadora de deficiência.

Entendemos, "data vênua", não ser o assunto da alçada desta Comissão.

Nada impede, contudo, que façamos algumas observações.

A Divisão Jurídica de Recursos Humanos da SEAD no Parecer n° 1.803, faz alusão ao disposto no artigo 237 da Lei n° 6.174/70 (o artigo correto é o 237 e não o 232 citado), da seção que trata da "licença por motivo de doença em pessoa da família".

O referido parecer procura demonstrar que o Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná já trata da matéria, opinando pelo

indeferimento do pedido.

Vale a pena anotar:

1 - A Lei nº 6.174/70 trata exclusivamente do regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

2 - A dispensa ora proposta visa alcançar servidores e funcionários dos três Poderes.

3 - A licença prevista na Lei nº 6.174/70 está limitada a 24 meses, sendo que o vencimento ou remuneração só ocorrem de forma integral nos primeiros 6 meses.

4 - O projeto de lei em exame concede a dispensa, sem prejuízo da remuneração, enquanto o tratamento clínico ou terapêutico for necessário.

Pelas razões aqui alinhadas, entendemos inexistir razões para parecer desta Comissão.

É o nosso posicionamento.

Sala das Comissões, em 13.12.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/95, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que prorroga até 30 de dezembro de 1995, o prazo fixado no Parágrafo Único, do art. 1º da Lei nº 10.509, de 27 de outubro de 1993. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 33/95, de 11.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 105/95

O Projeto de Lei nº 105/95, visa prorrogar até 30 de dezembro de 1995 o prazo fixado no Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.509 de 27/10/93, ora, a Lei nº 10.509/93, que determinou que o pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior ficasse subordinado aos dispositivos da Lei nº 9.887/91. Determinou ainda que as alterações necessárias para a aplicação da Lei deveriam ser encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo num prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação da lei.

O prazo, porém, não foi suficiente para proceder aos estudos necessários, tendo sido aprovada a Lei nº 10.828 de 06/06/94, aumentando o determinante legal até 30/11/94.

A autorização para prorrogação ora solicitada visa dar condições necessárias para elaboração do Plano de Carreira Docente das Instituições de Ensino Superior e outras providências necessárias para perfeita adequação do contido na Lei nº 10.509/93 à Lei nº 9.887/91.

Do exposto e da análise do projeto de

Lei nº 105/95, não existem óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam o seu encaminhamento, destarte somos favoráveis à sua aprovação nos limites desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 02.05.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

O projeto de lei ora em exame, sob o nº 105/95, busca a prorrogação do prazo fixado pela Lei nº 10.509 de 27.10.93 no Parágrafo Único do art. 1º, em relação ao corpo docente das autarquias do ensino superior, proporcionando melhores condições de análise das questões pertinentes à elaboração do Plano de Carreira Docente das Instituições de Ensino Superior.

Analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, esta opinou favoravelmente à aprovação do mesmo.

Adstrita aos limites regimentais vigentes, esta Comissão, entende ser o projeto de lei de interesse social, eis que visa atender situação profissional da classe docente.

Neste sentido, manifestamo-nos favoravelmente à prorrogação proposta, opinando pela aprovação do já citado projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

Aprovado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Parece-me que há um problema de redação nesse projeto. Peço...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projetos que quiserem retirar, retira em segunda.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a questão do item 6 tem que fazer é a correção da redação. A nossa sugestão, aprovar em 1ª discussão hoje, e amanhã, o autor, o Deputado Péricles, que falou comigo, apresenta emendas para corrigir a redação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V. Exa. sabe que sou rápido no gatilho: já está aprovado e V. Exa. vai consertar em segunda discussão.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/95, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F.,

C.E.C.E. E C.A.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 43/95, de 03.05.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 152/95

P A R E C E R:

O projeto de lei n° 152/95, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, visa autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano no Município de Pinhais/PR.

Trata-se de matéria que merece os nossos aplausos, devido à necessidade que observamos hoje em preparar melhor os profissionais na área agrícola.

Por tratar-se de projeto de lei autorizatório, não existe nenhum óbice no aspecto constitucional ou regimental, quanto a sua tramitação normal.

Somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 152/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, o Projeto de Lei n° 057/95 tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano, no Município de Pinhais - PR.

Ao ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei em referência, recebeu parecer favorável. Tendo em vista ser de cunho autorizatório, nada foi encontrado que pudesse contrariar os preceitos constitucionais ou regimentais.

Quanto ao aspecto financeiro, nada consta que possa prejudicar sua tramitação.

Diante de tal conclusão, o parecer desta Comissão é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 152/95

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, o projeto de lei em tela visa autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano, no Município de Pinhais.

Tendo sido analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, o Plano de Lei em questão recebeu pareceres favoráveis de ambas as Comissões, uma vez que trata-se de projeto de cunho autorizatório, inexistindo óbices que comprometam sua tramitação por esta

Casa de Leis.

No âmbito desta Comissão de Educação-nada encontramos que possa prejudicar sua tramitação, tendo em vista que o projeto, se aprovado, trará inúmeros benefícios, uma vez que abrangerá uma grande parte da massa estudantil, pela sua localização privilegiada.

Somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente

RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

PROJETO DE LEI N° 152/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrícola Metropolitano, no Município de Pinhais.

Tal propositura já foi analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Educação, merecendo delas todas, parecer favorável.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, chamada a opinar, conclui que a aprovação deste projeto trará inúmeros benefícios à coletividade.

Somos, portanto, favoráveis, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.11.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

EDNO GUIMARÃES - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 201/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 62, de 05.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 201/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Cezar Silvestri, o Projeto de Lei n° 201/95, tem por finalidade autorizar ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher.

Da análise do referido projeto, em razão de tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 20.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMOES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 201/95

P A R E C E R:

O projeto em análise, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar a Delegacia da Mulher no Município de Guarapuava.

Tendo em vista que o presente projeto trata-se de medida meramente autorizatória, e em face da justificativa apresentada pelo Deputado Cezar Silvestri, autor do projeto, recebe parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 201/95

P A R E C E R:

O projeto em análise, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar a Delegacia da Mulher no Município de Guarapuava.

Tendo em vista que o presente projeto é de caráter autorizatório, e em razão da justificativa fundamentada pelo Deputado Cezar Silvestri, autor do projeto, recebe o parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 186, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 187, 188, 189 e 190, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 192 e 193, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento n° 194, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 197, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Cezar Silvestri, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Encaminhe-se como sugestão.**

Dentro de poucos minutos faremos uma Sessão Extraordinária tendo um dos objetivos o projeto da Deputada Irondi Pugliesi, que faz sugestões ao Dia da Mulher.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo n° 004/96.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 462/95; e
do Projeto de Resolução n° 046/95.

Convoco os Senhores Deputados para a Sessão Solene em comemoração ao "Dia Internacional da Mulher", a realizar-se quinta-feira, dia 07, às 10:00 horas.

Marco ainda uma sessão ordinária, para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 007, 013, 105, 152, 201 e 462/95.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 046/95.

Levanta-se a sessão.